

VII BIENAL DO COLÓQUIO DE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

Área temática: 6) Fronteiras, desenvolvimento e integração regional

Título: “Pluriatividade Rural e Desenvolvimento Regional”

Mario Riedl¹

Cláudio Machado Maia²

Eduardo Ernesto Filippi³

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO

RESUMO: O objetivo deste estudo é apresentar a tensão entre o global e o local numa abordagem que descreve uma nova forma de gestão do desenvolvimento. Na perspectiva de espaço de reprodução social, a pluriatividade é abordada como resultado da presença da globalização na agricultura e como se deu a adaptabilidade do agricultor familiar ao capitalismo globalizante através de atividades agrícolas e não agrícolas. Ao considerar o rural como território, busca-se o enfoque integral da sociedade rural e a dinamização de suas próprias economias, o que possibilita o avanço em nova concepção de políticas públicas. Caracterizando uma nova ruralidade, ao definir o âmbito rural como território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos. Considerando-se o potencial de desenvolvimento regional endógeno de uma região, apresenta-se estudo de caso do município de Crissiumal, localizado na região noroeste colonial, no Rio Grande do Sul, que adotou uma nova forma de gestão do desenvolvimento a partir de seu potencial de desenvolvimento endógeno.

Palavras-chave: pluriatividade rural, sustentabilidade, agricultura familiar, desenvolvimento endógeno

¹ Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: mriedl@unisc.br

² Economista, Especialista em Controladoria, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutorando em Desenvolvimento Rural pela UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com.

³ Doutor em Economia Política (Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, França), Mestre em Economia Rural (UFRGS), Professor do PGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: edu_292000@yahoo.com.br.

Pluriactividad Rural y Desarrollo Regional

RESUMEN: El objetivo de este estudio es presentar la tensión entre lo global y lo local sobre una nueva perspectiva que muestra una nueva forma de gestión del desarrollo. De acuerdo a la perspectiva del espacio de reproducción social, la pluriactividad es estudiada como resultado de la presencia de la globalización en la agricultura y muestra como el agricultor se adaptó al capitalismo globalizante mediante las actividades agrícolas y no agrícolas. Al considerar lo rural como territorio, se busca el enfoque integral de la sociedad rural y la dinámica de sus propias economías lo que permite un avance en la creación de políticas públicas. Se caracteriza una nueva forma de lo rural, al definir el ámbito rural como territorio construido a partir del uso y de la apropiación de los recursos naturales, donde son generados procesos productivos, culturales, sociales y políticos. Considerando el potencial de desarrollo regional endógeno de una región, se presenta el estudio de caso del municipio de Crissiumal, situado en la región nordeste colonial, en el estado de Rio Grande do Sul, que adoptó una nueva forma de gestión de desarrollo a partir de su potencial de desarrollo endógeno.

Palabras llave: pluriactividad rural, sustentabilidad, agricultura familiar, desarrollo endógeno

1. Contextualização

A tentativa dos agricultores familiares em adotar uma alternativa de desenvolvimento sustentável onde pudessem garantir sua capacidade de reprodução social, nos faz recorrer a algumas noções e conceitos em busca de definição de um paradigma.

Empiricamente, este estudo foi baseado na representatividade da agricultura familiar para o desenvolvimento regional numa perspectiva territorial, sendo necessária a identificação das particularidades e potencialidades do território objeto da análise. O território analisado foi escolhido pelo critério da intencionalidade, e pelo fato do grupo estudado ser representativo e apresentar certas características tidas como relevantes, identificando o regime de agroindústria e propriedade familiar.

Como o processo de divisão social do trabalho jamais conseguiu homogeneizar totalmente o trabalho do agricultor, assim como fez ao assalariado, o agricultor familiar não abandonou totalmente seus princípios, nem suas

peculiaridades como agente social. O pequeno produtor continuou tentando viver sem a exploração do trabalho alheio e não vendendo sua força de trabalho.

O que hoje conhecemos como agricultura moderna teve sua origem nos séculos XVIII e XIX, na Europa, na chamada Primeira Revolução Agrícola Contemporânea. Período de ocorrência de intensas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas, as quais aceleraram a decomposição do feudalismo e o surgimento do capitalismo (VEIGA, 1991 Apud MARCATTO, 2006). Do ponto de vista tecnológico, a Primeira Revolução Agrícola Contemporânea foi caracterizada pelo abandono do pousio e pela introdução de sistemas rotacionais com leguminosas e/ou tubérculos, plantas que podiam ser utilizadas tanto na adubação do solo, quanto na alimentação humana e animal (OLIVEIRA Jr., 1989). Sendo assim, foi possível intensificar o uso da terra e obter aumentos significativos na produção agrícola (EHLERS, 1996).

A segunda Revolução Agrícola Contemporânea, como uma nova etapa histórica da agricultura é evidenciada no período entre o final do século XIX e início do século XX, principalmente na Europa e Estados Unidos. Uma série de descobertas científicas, aliadas ao desenvolvimento tecnológico (fertilizantes químicos, motores de combustão interna, melhoramento genético de plantas) acabou por impor novo padrão de desenvolvimento para a agricultura. Mudanças como a redução da importância da rotação das culturas, o progressivo abandono do uso da adubação verde e do esterco na fertilização, a separação da produção animal da vegetal e, principalmente, a indústria passando a absorver algumas etapas do processo de produção agrícola. Este padrão de desenvolvimento apresenta problemas, pois a partir das primeiras críticas aos efeitos ecológicos da Revolução Verde, à medida que aparecem as primeiras manifestações contrárias aos efeitos ecológicos causados pela intensa utilização dos recursos tecnológicos, colocou-se a preocupação com o meio ambiente. Os impactos causados pelo uso intensivo e excessivo da tecnologia, as tecnologias preconizadas pela Revolução Verde, no período do pós-guerra, fez com que aquelas regiões não atingidas, ou então as que foram desestruturadas por este pacote tecnológico, seja por questões econômicas ou culturais, continuassem conservando e aperfeiçoando práticas de agricultura que ficaram conhecidas como “práticas alternativas”. Práticas que foram utilizadas por aqueles agricultores e/ou técnicos que não apresentavam condições

econômicas para adotar o padrão de desenvolvimento imposto pela agricultura moderna.

A região noroeste colonial, no Estado do Rio Grande do Sul, é profundamente marcada pelas suas características rurais e estrutura fundiária predominantemente de agricultura familiar descapitalizada, contrastando com o predomínio do plantio de soja e trigo, produtos de utilização intensiva de tecnologia, onde o soja marca presença no mercado mundial de comercialização de grãos.

2. A perspectiva de espaço

O conceito de espaço no nosso desenvolvimento está gerando interesse e confusão crescentes. Afinal, para onde vão as macrotendências – globalização, blocos, poder local? Há várias razões para se discutir de forma mais aprofundada e organizada, o conceito de espaço, e a importância que assume no nosso cotidiano. Referimo-nos aqui aos espaços da reprodução social. Pois a simples reprodução do capital, a reprodução econômica, já não é suficientemente abrangente para refletir os problemas da sociedade, ou mesmo para entender a própria reprodução do capital. Mesmo os relatórios sobre Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, esclarecem que o objetivo central do desenvolvimento é o homem, sendo a economia apenas um meio (DAWBOR, 1996).

Conforme Dawbor (1996), o conceito de reordenamento dos espaços pode ser considerado, na medida em que conceitos como "globalização" trazem uma visão simplificada de abertura e unificação dos espaços da reprodução social. O que está ocorrendo, é uma nova hierarquização dos espaços, segundo as diferentes atividades, envolvendo tanto globalização como formação de blocos, fragilização do Estado-nação, surgimento de espaços sub-nacionais fracionados de diversas formas, transformação do papel das metrópoles, reforço do papel das cidades, e uma gradual reconstituição dos espaços comunitários desarticulados por um século e meio de capitalismo. E estes diversos espaços em plena transformação e rearticulação abrem novas dimensões para a inserção do indivíduo no processo de reprodução social, permitindo talvez a reconstituição de um ser humano completo a partir dos segmentos de *homo economicus*, de *homo ludens*, de *homo culturalis* hoje

fragmentados, numa economia que se unificou na mesma medida em que desarticulou a sociedade.

É melhor ser cidadão local ou cidadão do mundo? A pergunta não tem sentido na medida em que a cidadania tem hoje de se exercer em diversos níveis de espaços articulados. Transferir a cidadania para níveis cada vez mais amplos, e cada vez mais distantes do cidadão, é transferir o poder significativo para mega-estruturas multinacionais.

3. Atividades agrícolas e não agrícolas e sua relação com o global: a pluriatividade

Numa abordagem Marxista, onde o enfoque teórico só pode ser usado em conjunto com uma análise social e histórica em que a teoria não é analisada isoladamente, mas modificada por processos históricos concretos e examinada nas suas condições históricas, sociais e políticas, observa-se que a presença da globalização na agricultura, pôde se dar de formas sutis e disfarçadas, estabelecendo “novas” formas de produção e de relação num processo que agrega a realização de várias atividades. A percepção de adaptabilidade do agricultor familiar ao capitalismo globalizante e da sua possibilidade de se adequar à lógica do capital, se dá sob o desempenho de atividades agrícolas e não agrícolas.

Nesta concepção, a pluriatividade entendida como a combinação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas por membros de uma mesma unidade familiar, seria uma expressão dessa tendência, e se manifesta como um “transbordamento do urbano sobre o rural” (SILVA, 1999), sendo responsável pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural, sobretudo a originária de famílias de pequenos agricultores. Originando um “novo rural brasileiro” que se caracteriza pela diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias, o que é entendido por alguns como evidência da falência de certas formas da agricultura familiar. Além disso, se caracteriza também pela não identificação do espaço rural à atividade agrícola, se é que podemos dizer que algum dia houve esse rural exclusivamente agrícola.

Outra argumentação, cuja pluriatividade não seria uma prática estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas atuando, portanto, muito mais como mecanismo de manutenção e dinamização da atividade agrícola ou das famílias do que como uma ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola. Ela não seria, portanto algo transitório e conjuntural, mas também não poderia ser generalizada para toda e qualquer situação, sendo característica de determinados contextos onde a articulação das famílias com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas e não mais pela produção (SCHNEIDER, 2005).

Diversos estudiosos das condições de vida e de produção da população rural demonstraram que o recurso às atividades não agrícolas por membros de famílias camponesas foi recorrente, em diferentes fases da história e em diferentes países, como mecanismo de garantir a manutenção desses grupos familiares. Tais práticas eram mais comuns em períodos em que a agricultura demandava menor tempo de trabalho.

Em outras palavras, considerando a indagação acima, a noção de pluriatividade deve ser restrita às situações decorrentes da crise da modernização da agricultura e de ampliação de alternativas de emprego ou ocupação oriundas do estreitamento das relações campo-cidade. Com a pluriatividade podendo ser praticada em determinadas situações e ser abandonada posteriormente tanto para o retorno à prática exclusiva da agricultura (o que não parece ser a tendência atual) quanto para ser substituída por outras estratégias familiares como, por exemplo, a de abandono definitivo da atividade agrícola. Podemos sugerir que esta última situação ocorre, sobretudo, em casos onde as duas atividades são exercidas por um mesmo indivíduo (o chefe da unidade produtiva, por exemplo) e não por membros diferentes de uma mesma família (o marido na agricultura e mulher na atividade não agrícola) (CARNEIRO, 2005).

4. Território, nova ruralidade: nova forma de gestão do desenvolvimento

Ao se considerar o rural como território, busca-se o enfoque integral da sociedade rural e a dinamização de suas próprias economias, o que possibilitará o

avanço em nova concepção de políticas públicas⁴. Tal concepção é pertinente pois se baseia na evidência de que a maior parte das políticas públicas aplicadas nos territórios rurais latinoamericanos contemplam parcialmente os elementos que constituem essa visão integral de ordem regional e territorial (PERICO e RIBEIRO, 2005).

Para definir região na abordagem aqui apresentada (PAIVA, 2006), é fundamental a disposição dos agentes⁵ em conversar, dialogar e que se sintam identificados com aquilo em que estão dispostos a “fazer” por sua iniciativa própria. Numa cadeia de interesses e identidades – origens de colonização, características de suas propriedades, uma certa ideologia, onde o conjunto da sociedade seja representada identitariamente, com um máximo de solidadiedade, constituindo estruturas dialogantes.

A tradição e a história têm permitido construir culturas que incorporam cosmovisões particulares, linguagens, formas de relação, valores estruturados em torno de uma moral, princípios étnicos, sentido de participação e identidade. A visão territorial propõe revalorizar esses elementos, dando-lhes espaço adequado e incorporando-os às políticas de desenvolvimento rural, fortalecendo, protegendo e preservando as culturas rurais.

Caracterizar um desenvolvimento endógeno (NORTH, 1977) sustentável seria identificar uma atividade local que através da geração de renda mobiliza os setores locais. Com a renda gerada e apropriada pelo “produtor” sendo consumida na sua própria localidade, gerando economias locais, estimulando o entorno da região, gerando diversificação que gera alternativas internas para o território. A presença de um coletivo organizado – produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados, representações do Estado – que se organiza envolvendo um mínimo de solidariedade, numa estrutura competitiva e no esforço endógeno, para melhorar as

⁴ Como em geral, a política para o setor rural é decidida e instrumentada em outros âmbitos institucionais do setor público, sem uma adequada coordenação por parte das autoridades públicas pela problemática rural, uma visão ampliada do rural, englobando as diversas atividades econômicas agrícolas e não agrícolas que se desenvolvem no âmbito rural e que reconheça a multiplicidade de objetivos e funções do desenvolvimento rural, torna ainda mais necessária a coordenação institucional na aplicação das políticas públicas, uma vez que essas atividades geram novos atores, novas necessidades e uma grande quantidade de oportunidades de emprego e geração de riqueza (Piñeiro, 2000 apud PERICO e RIBEIRO, 2005, p.28).

⁵ Coletivo organizado - produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados, representantes do Estado.

técnicas utilizadas nas atividades locais, apresentando inovações, produzindo internamente e atendendo (também), um mercado externo sem ser necessariamente dependente, sem proteção cambial e/ou política específica do Governo.

O que implica, necessariamente, redefinir a economia que suporta os territórios – da redefinição do rural, uma nova ruralidade convida a reconsiderar a visão de que o rural é constituído por uma população dispersa centrada no setor agropecuário, para passar à reconstrução do objeto de trabalho e de política, ao definir o âmbito rural como território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos. Processos que são gerados pelo efeito da localização e apropriação territorial, compreendendo-se aí, que os recursos naturais são fatores de produção localizados. Dessa forma o rural passa a incorporar áreas dispersas e concentrações urbanas que se explicam por sua relação com os recursos naturais, considerando a diversidade de setores econômicos interdependentes, envolvendo dimensões econômicas e não econômicas, estabelecendo relações funcionais de integração com o urbano e fundamentando-se em visão territorial (PERICO e RIBEIRO, 2005, p.19).

Conforme Perico e Ribeiro (2005, p.19), uma redefinição de ruralidade é necessária, pois reivindica profundas revisões nas políticas oficiais, assumindo-se a necessidade de um novo conceito de planejamento territorial e descentralizado, contrapondo-se ao atual e predominante planejamento setorial e centralizado. Vem a ser uma inovação em termos políticos, ao propor que a autonomia dos territórios rurais e sua própria capacidade de auto-institucionalização fundamentam nova forma de gestão do desenvolvimento.

O território, seja ele qual for, é entendido como espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente. Conseqüentemente, não há neutralidade no emprego da categoria território, o qual é visto como o espaço da concertação e da harmonia, e que passa a ser alternativa neoliberal de categorias analíticas contrárias às concepções marxistas. Conforme Santos (1999), essa idéia de território usado ... pode ser adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo.

Os elementos presentes na discussão do território, possibilitam avançar teórica e metodologicamente na compreensão do rural inserido numa economia globalizada, uma economia a procura de territórios racionais. Conforme Santos (1999), o próprio território, em certos lugares se torna racional. Havendo uma produtividade espacial. Dentro de um certo tipo de economia hegemônica há espaços mais produtivos do que outros, e assim ter-se-ia que medir, ou ao menos considerar, produtividades espaciais diferentes segundo os lugares, o que tornaria possível participações diferentes no processo global.

5. Tensão entre o local e o global: o caso de Crissiumal

Com uma população de 15.000 habitantes, Crissiumal situa-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (figuras 1 e 2), inserido na Microrregião Celeiro. Emancipado do município de Três Passos no ano de 1954, o município de Crissiumal possui 2.374 propriedades rurais com área média de 11,0 hectares e produção primária composta pela pecuária leiteira, produção de fumo, soja, milho, trigo, suínos e outros. Além das agroindústrias do Pacto Fonte Nova⁶, destacam-se a indústria moveleira e de calçados. De agropecuária diversificada, cerca de 62 % da população mantém sua residência no meio rural (PACTO FONTE NOVA, 2006).

Na perspectiva territorial de uma nova ruralidade, uma nova forma de gestão do desenvolvimento, o Pacto Fonte Nova, revela a tensão entre o local e o global. Onde os alambiques de cachaça que existem tradicionalmente nos costumes locais, são regularizados conforme a exigência da Legislação. Essa atividade constitui uma alternativa viável no sentido da persistência e reprodução de muitas famílias no meio rural da região de estudo, proporcionando estabilidade no nível de renda, emprego e qualidade de vida, desempenhando um papel de desenvolvimento local sustentável ao proporcionar diversificação da atividade econômica.

⁶ Surgiu na comunidade de Crissiumal-RS, em dezembro de 1998, fruto da mobilização das lideranças locais que entendiam ser necessário implantar um novo modelo de desenvolvimento local, baseado na consolidação de dezenas de pequenas e médias agroindústrias, gerando uma nova alternativa econômica para os pequenos proprietários rurais e fortalecendo a economia local com a produção de alimentos e produtos, gerando empregos e receitas públicas. Para facilitar aos consumidores a identificação dos produtos de origem no município, decidiu-se pela criação de um SELO de Qualidade, nascendo a marca Fonte Nova.

Figura 1

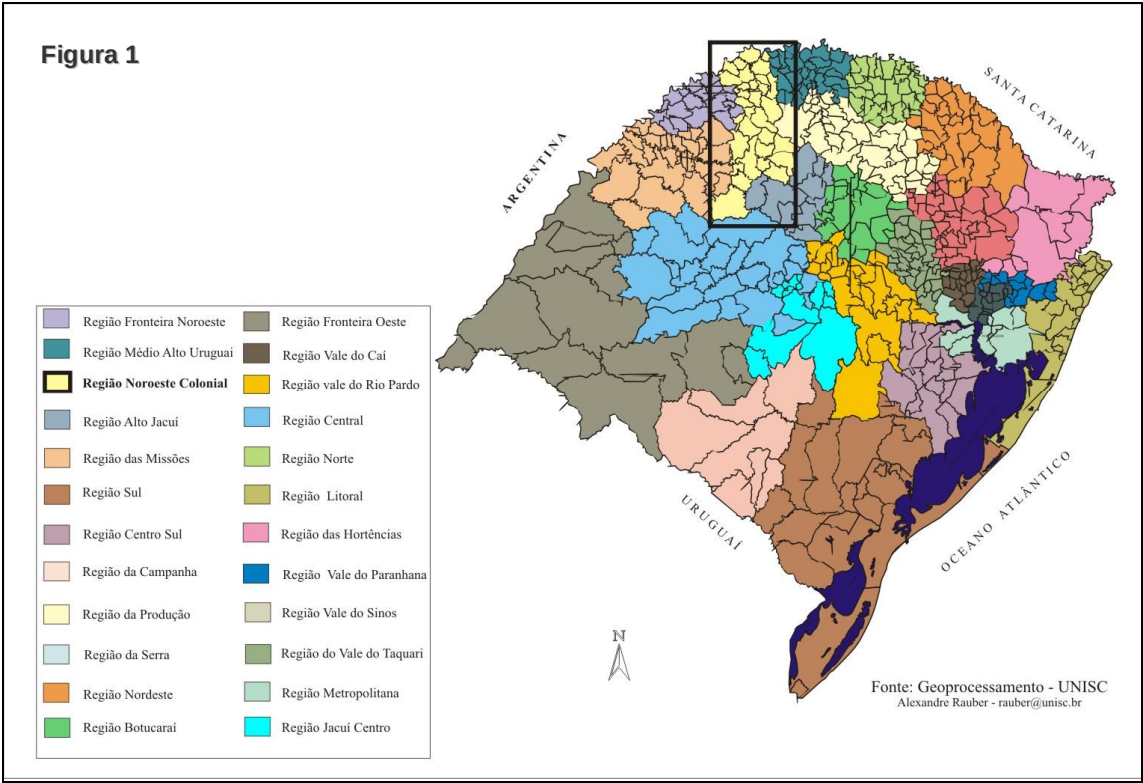
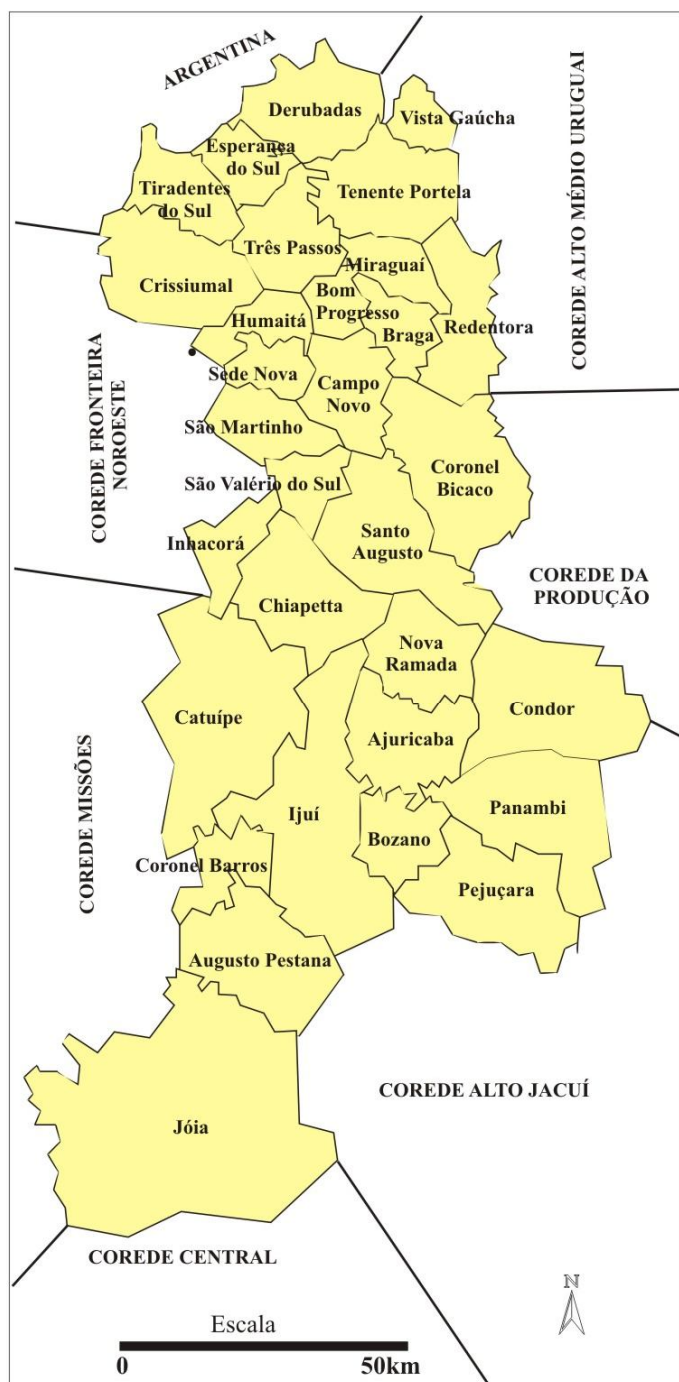


Figura 2



Fonte: Geoprocessamento - UNISC
 Alexandre Rauber - rauber@unisc.br

Em Crissiumal, a agroindustrialização da cana-de-açúcar foi iniciada em meados de 1998, inclusive com Selo de Garantia, possibilitando a produção de derivados como a cachaça, melado e açúcar mascavo, e conseqüente utilização do bagaço como adubação orgânica e alimento para o gado, evidenciando os tratos ecológicos e a questão ambiental, seja no plantio, na capina e na rebrota. A comercialização dos produtos é realizada a nível local, regional e estadual, com registro de exportações para outros países, como Chile e Alemanha. Com isso, o Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova⁷, gerou mais de 210 empregos diretos, industrializando mais de 100 produtos e com o faturamento bruto anual no ano de 2002 sendo superior a 1,5 milhões reais. Sendo que nos últimos três anos Crissiumal recebeu mais de 250 caravanas e excursões que vem dos mais diversos municípios do Rio Grande do Sul, de outros estados e Países, com o objetivo de conhecer a iniciativa de agroindustrialização local.

Uma alternativa de reprodução social que foi adotada em reposta a tensão entre um movimento global de modernização agrícola excludente e as iniciativas locais, numa conjuntura universalizante onde o rural se apresenta “urbanizado”, numa nova ruralidade, pluriativa como forma de “sobrevivência” num sistema maior – o sistema capitalista.

6. Considerações finais

A tese defendida neste ensaio é a de que o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe na região. Tese que aproxima a idéia de potencial – alternativas existentes para a região, suas possibilidades futuras, suas chances de superação – da idéia de especialização – que fala de trajetórias já trilhadas, de opções já feitas, que levaram a processos de integração/interdependência (ou mesmo subordinação). Portanto uma tese que alimenta resistências. Especialmente daqueles segmentos sociais mais fragilizados no interior do padrão atual de reprodução da vida material.

⁷ O Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial de Crissiumal mobilizou as principais entidades e lideranças locais, destacando-se no Conselho de Administração, a Prefeitura Municipal de Crissiumal; EMATER-RS; Associação Comercial e Industrial; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sindicato Rural; SICREDI; Banco do Brasil; Banrisul; Caixa Econômica Federal; Conselho Municipal de Agropecuária; Associação dos Técnicos Agrícolas e Câmara Municipal de Vereadores.

Vale dizer, que os limites de um desenvolvimento local endógeno não são fixos.

Um exemplo bem simples pode ilustrar as considerações finais: uma criança não se torna adulta, capaz de sustentação e auto-determinação, sem internalizar criticamente e dentro de padrões e organizações particulares e individuais as interdições que garantem sua reprodução na sociedade. Porém, nenhuma criança se torna adulta sem a mediação “endógena” da autoridade e da educação. Toda a criança em transição para a fase adulta é um sistema em desenvolvimento endógeno. Mas um sistema que vive dentro de outro sistema – a família, que vive dentro de outro – a comunidade, a localidade, que vive dentro de outro – a sociedade, a nação, e assim por diante. Nenhum destes subsistemas pode se desenvolver sem relação com o (vale dizer, sem depender do, sem se moldar pelo) sistema maior do qual é parte. E, por definição, nenhum subsistema pode se desenvolver ou alcançar auto-determinação, se depender apenas das impulsões do sistema maior (PAIVA, 2006, p.4).

Ora, um determinado subsistema apresenta desenvolvimento (rigorosamente) endógeno quando esse processo é articulado desde dentro, não contando com qualquer auxílio ou investimento do sistema maior, mas contando com a mobilização e acumulação de recursos dos agentes beneficiários do processo, que habitam na região e que são os responsáveis pela conquista e colocação da produção regional no exterior⁸ (PAIVA, 2005).

Bibliografia:

CARNEIRO, Maria José. *Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica*. In: I Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: NEAD/PGDR/UFRGS, 2005.

DOWBOR, Ladislau. *Da globalização ao Poder Local*. Pesquisa e Debate. PUC-SP. v.7. n.1, 1996.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. Livros da Terra Editora: São Paulo, 1996.

MARCATTO, Celso. *Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios*. Disponível em: < <http://www.sur.iucn.org/ces/documentos/documentos/943.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2006.

NORTH, Douglass C. A agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977.

⁸ A articulação com o exterior é altamente potencializadora do desenvolvimento endógeno.

OLIVEIRA J., P.H.B. *Notas sobre a história da agricultura através do tempo*. Fase: Rio de Janeiro, 1989.

PACTO FONTE NOVA. Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial. Disponível em <<http://www.pactofontenova.com.br/historico.php>>. Acesso em: 30 out. 2006.

PAIVA, Carlos Águedo. *Desenvolvimento Endógeno e Potencialidades Regionais*. Porto Alegre: FEE, 2006. (mimeo)

PAIVA, Carlos Águedo. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: *Anais nas Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.

PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, Marília Pilar. *Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável*. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: UFRJ/UPPUR, v.13, n.2, p.15-26, ago./dez. 1999. Apud VERDE, Valéria Villa. *Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento*. Curitiba: IPARDES, fev. 2004.

SCHNEIDER, Sergio. “O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural”. Porto Alegre, UFRGS, 16 set. 2005. Palestra ministrada aos professores, alunos e convidados do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

_____. “O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural”. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Brasília, agosto, 2005.

SILVA, J.G. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, S.P. Coleção Pesquisas, n.1. São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1999.

VERDE, Valéria Villa. *Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento*. Curitiba: IPARDES, fev. 2004.